

OS DISCURSOS PRESERVACIONISTAS DO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE MUCUGÊ E DO CEMITÉRIO SANTA ISABEL

THE PRESERVATIONALIST SPEECHES OF THE PATRIMONIALIZATION PROCESS OF MUCUGÊ AND THE SANTA ISABEL CEMETERY

Carolino Marcelo de Sousa Brito
cmsbrito@hotmail.com

Resumo: Esse artigo procura compreender o processo de patrimonialização do Cemitério Santa Isabel, e da cidade de Mucugê, localizados na Chapada Diamantina, Bahia. Ambos foram tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 1980. Nesse sentido, esse estudo busca compreender o processo de valorização que o cemitério e a cidade diamantina sofreram durante os últimos anos da década de 1970, quando foram reconhecidos como patrimônio cultural nacional, no qual a necrópole teve um papel de destaque, contribuindo, inclusive, com o tombamento do sítio urbano de Mucugê.

Palavras chaves: patrimônio cultural, Mucugê, Cemitério Santa Isabel.

Abstract: This article tries to understand the process of patrimonialization of the Cemetery Santa Isabel, and of the city of Mucugê, in Chapada Diamantina, Bahia. In this sense, this study seeks to understand the valorization process that the cemetery and the diamond city suffered during the last years of the 1970s, when they were recognized by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) as a national cultural patrimony, in which the necropolis played a prominent role, contributing, also, to the tipping of the urban site of Mucugê.

Keywords: cultural heritage, Mucugê, Cemetery Santa Isabel.

Introdução

Este trabalho, como escrita da história, consiste em perceber a mudança de significado – consolidada ao longo do tempo – que uma dada “necrópole oitocentista” e um sítio urbano sofreu na década de 1970, e para lograr tal êxito buscou cercar-se de vários tipos de possibilidades metodológicas e de fontes documentais. Essa “manipulação controlada por regras” sobre os vestígios dos mortos, de um passado que nos é estranho, como elucida Michel de Certeau é o ofício do historiador, que “trabalha sobre um material para transformá-lo em história” (CERTEAU, 2010, p. 79).

Nas últimas décadas à sociedade ocidental tem estado cada vez mais obcecada pela memória, em operações que visam construir “semióforos”, ou “objetos históricos”, entendido aqui como objetos visíveis que possuem a propriedade de mediar à relação dos indivíduos com uma determinada dimensão invisível e simbólica da realidade, mas

especificamente com o passado (POMIAN, 1984; HARTOG, 2006). Conforme observou Meneses, a cultura material “são fontes excepcionais para se entender a sociedade que os produziu ou reproduziu enquanto, precisamente, objetos históricos” (MENESES, 1994, p.21). Partiremos de autores como Ulpiano Meneses e Krzysztof Pomian para compreender como objetos materiais – como o sítio urbano de Mucugê e o Cemitério Santa Isabel – foram reconhecidos como históricos, ou seja, em que momento suas imagens passaram a transmitir um sentido de passado histórico, e tais bens a serem reconhecidos como patrimônio nacional. Nesse sentido, os Cemitérios Santa Isabel e o sítio urbano de Mucugê se consolidam como “objetos históricos” ou “semióforos”. Meneses procurou demonstrar a natureza dessas operações e o papel dos museus e das coleções nesse processo:

O objeto antigo foi fabricado e manipulado em tempo anterior ao nosso, atendendo às contingências sociais, econômicas, tecnológicas, culturais, etc. etc., desse tempo. Nessa medida, deveria ter vários usos e funções, utilitários ou simbólicos. No entanto imerso em nossa contemporaneidade, decorando ambientes, integrando ambientes, integrando coleções ou institucionalizado no museu, o objeto antigo tem todos os seus significados, usos e funções anteriores drenados e se recicla, aqui e agora, essencialmente, como “objeto-portador-de-sentido” (MENESES, 1994, 19).

Tomaremos essa premissa para perceber o processo de valoração desses objetos, partindo do momento em que se inicia a mudança do olhar sobre Mucugê e, especialmente, o Cemitério Santa Isabel na década de 1970. Um objeto urbano patrimonializado do mesmo modo, pode ser tomado como “semióforo”, conceito esse criado pelo historiador polonês Krzysztof Pomian, em seu clássico estudo sobre coleções de objetos materiais, no qual identificou a capacidade que alguns objetos visíveis possuem de mediar nossa relação com outros espaços invisíveis, inclusive, com o passado. Em suma, os semióforos são dotados de significados, por proporcionar aos espectadores o prazer estético, o reconhecimento científico e o valor histórico.

Para Pomian (1984), os objetos museificados não possuem mais sua utilidade para qual foi construído. Deste modo, roupas e sapatos não servem mais para vestir e calçar. Lâmpadas, não são mais utilizados para iluminar as ruelas escuras. Facas, garfos e colheres não auxiliam mais na alimentação cotidiana. Até mesmo um relógio, que num tempo passado tinha como função contar o tempo, ao ser colocado em uma coleção de museu se transforma em um objeto para ser observado, ou seja, sua exclusiva função

é de se oferecer ao olhar. Além disso, Alain Bourdin nos lembra que o patrimônio é resultado de uma produção “Científica, quando procede do trabalho dos peritos, dos colecionadores ou dos ‘cientistas’ propriamente ditos (historiadores e arqueólogos, etnólogos, sobretudo museólogos)”, ou política “quando resulta de uma vontade de construção de um patrimônio, para que este exprima diretamente o interesse de um grupo, uma ideologia ou uma reivindicação geopolítica” (BOURDIN, 2001, p. 119).

A preservação urbana na década de 1970 e o reconhecimento das heranças culturais “mineiras” na Chapada Diamantina

No início do século XX, a preocupação com o patrimônio no Brasil surge num momento de grande inquietação pela afirmação da nacionalidade no país. O contexto foi marcado pelo nacionalismo em diversas áreas: na literatura, nas artes e também na arquitetura. Arquitetos e intelectuais buscaram no passado colonial uma arquitetura genuinamente brasileira, momento que o estrangeirismo era evidente nas edificações das grandes e médias cidades brasileiras (NATAL, 2013). Entretanto, foi apenas durante o Estado Novo, que se observa frente o esforço do Estado brasileiro na busca da integração do país, uma ação de identificação, de afirmação do patrimônio nacional. Este passou a ser percebido como um importante vetor da identidade e memória nacional. Conforme observou Gonçalves:

Foi nesse contexto político autoritário que veio a ser implementado o projeto de modernização do país. Na esfera cultural e educacional, grande número de intelectuais – muitos deles, de diferentes modos, identificados com o ‘movimento modernista’ em arte e literatura – desempenharam um importante papel. Seu objetivo principal era criar um novo Brasil, um novo homem brasileiro, concebido em termos de uma ideologia nacionalista (GONÇALVES, 2002, p. 40).

Um dos marcos dessa política foi à criação do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, por meio do Decreto-lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937. Segundo Helena Maria Bomeny (1994), o grupo dos modernistas mineiros protagonizou a fundação do SPHAN, uma vez que o órgão estava ligado ao Ministério de Educação, tendo a frente o também mineiro Gustavo Capanema. Para a autora, a importância de Capanema junto aos intelectuais modernistas foi tanta a ponto de o grupo que se formou em torno dele ser denominado de “constelação Capanema”. A aproximação do político, com os intelectuais da Rua da Bahia, em Belo Horizonte,

ocorreu em princípio do século XX, resultando na participação intensa dos mineiros na política cultural nacional no Estado Novo, uniformemente, no convite a Rodrigo Melo Franco de Andrade a assumir direção do SPHAN em 1937 (BOMEBY, 1994). A atuação dos modernistas ligados a Rodrigo se voltou, sobretudo, para a preservação da arquitetura colonial. No que concerne os sítios urbanos, as cidades coloniais mineiras foram reconhecidas por estes intelectuais do SPHAN como símbolos do passado arquitetônico nacional, as cidades-monumentos, como bem conceituou Márcia Sant’Anna. Durante as primeiras décadas de atuação do SPHAN nenhuma cidade baiana foi tombada. Nesse estado, os tombamentos se limitaram a monumentos arquitetônicos isolados, a exemplo de igrejas barrocas coloniais e fortes militares (MATTOS, 2014).

A preservação urbana na Bahia só teve início no final na década de 1950, com o tombamento do trecho central do Pelourinho em Salvador (MATTOS, 2014). Contudo, foi no final da década de 1960 que foram abertos diversos processos de tombamentos de cidades baianas, entre os quais o de Mucugê. Nessa mesma década, mais precisamente em 1967, ocorreu em Quito, Equador, a Reunião sobre a Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, realizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) (AZEVEDO, 2016).

No conclave estava em debate uma manifesta preocupação com o patrimônio urbano, que enfatizava a necessidade de expansão das zonas de proteção. Essa leitura ampliava a preservação, em vez de somente o monumento arquitetônico, todo o entorno urbano deveria ser preservado. Assim, os conjuntos urbanos e arquitetônicos passam a ser tomados enquanto paisagens urbanas, valorizando cada vez mais o “*aspecto ambiental e cada vez menos a questão arquitetônica*” (SANT’ANNA, 2014) ¹. Desse modo, começava entrar em vigor no Brasil a concepção de preservação urbana que valorizava a perspectiva paisagística, ou seja, a integração do patrimônio arquitetônico com seu entorno. Perspectiva essa que estava preconizada nas Normas de Quito de 1967.

Para Marcia Sant’anna (2014), predominava no Brasil até a primeira metade da década de 1960 a concepção de preservação urbana defendida pela Carta de Atenas de 1933. Além disso, a Carta de Veneza ampliava aquilo que se compreendia como patrimônio urbano. Em vez de conjuntos excepcionais, tal como era preconizado pela Carta de Atenas, o encontro ocorrido em 1964 “*elevava a monumento o tecido urbano*

¹ Ver também em Normas de Quito, acessadas na página: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso no dia 22/06/2017.

modesto e trivial” (SANT’ANNA, 2014, p.211). Após a circulação dessas ideias no Brasil, ampliou-se a concepção de preservação urbana aqui vigente, tendo em conta que os conjuntos urbanos e arquitetônicos de característica modesta poderiam vir a ser tombados. Assim, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão responsável pela preservação de bens culturais no Brasil, passa a adotar as novas diretrizes preconizadas no Encontro de Veneza, no qual recomendava a salvaguarda de conjuntos de arquitetura modesta. A abertura do processo de tombamento de Mucugê e do Cemitério Santa Isabel ocorre no momento em que começa a se consolidar essa visão de preservação urbana. Nesse sentido, é possível encontrar as novas concepções de preservação urbana recomendadas pela Carta de Veneza e Normas de Quito no processo de patrimonialização da cidade baiana. Em outras palavras, essas diretrizes direcionaram o seu reconhecimento como patrimônio cultural nacional, como veremos no decorrer dessa escrita.

Data dessa época também a criação do Programa Cidades Históricas (PCH), que tinha como finalidade investir na preservação e restauração dos sítios urbanos do Nordeste e no desenvolvimento da atividade turística na região. O investimento resultou em diversas atividades de estudos sobre o patrimônio arquitetônico do Nordeste, entre os quais se destaca o Inventário do Instituto do Patrimônio e Artístico Cultural da Bahia, que teve início na década de 1970. O inventário elaborado pelo IPAC teve como organizador o arquiteto Paulo Ormino de Azevedo e foi publicado em seis volumes². Ele também foi o responsável junto ao governo baiano do pedido de tombamento de Mucugê, entre outras cidades baianas.

No quarto volume da obra, dedicado à região das cidades oitocentistas diamantinas baianas, se encontra na introdução, uma apresentação histórica e social desses antigos núcleos urbanos. Vale destacar, que no inventário da Chapada Diamantina, os únicos sítios urbanos no qual se realizou uma apresentação histórica, além de serem nomeados “Centros Históricos”, foram: Lençóis, Rio de Contas, Mucugê e a Vila de Igatu. Isto é, foram valorizadas as vilas das “Lavras Diamantinas”, que surgiram em função da atividade mineradora no século XIX.

² Monumentos do município do Salvador, Monumentos e sítios do Recôncavo I e II, da Serra Geral e Chapada Diamantina, Litoral Sul e o sexto e último volume das mesorregiões Nordeste, Vale Sanfranciscano e Extremo Oeste Baiano.

Além do reconhecimento da Chapada Diamantina como “o prolongamento no Estado da Bahia do sistema orográfico do Espinhaço”³, isto é, uma continuidade geográfica de Minas Gerais, o inventário também define a região como uma continuidade cultural das Minas Gerais, tal como a historiografia regional utilizada na sua execução. No que tange a arquitetura, diferentemente das cidades setecentistas e oitocentistas do litoral baiano, as Lavras Diamantinas apresentariam a predominância da influência da arquitetura mineira. Esse aspecto foi reconhecido como uma particularidade, que justificaria o tombamento pelo IPHAN das três antigas vilas oitocentistas, a Vila Comercial dos Lençóis (Lençóis), Chique-Chique (Igatú) e Santa Isabel do Paraguassú (Mucugê). Sobre a arquitetura da Chapada Diamantina, em especial as Lavras Diamantinas, o arquiteto Paulo Ormino de Azevedo ressaltou:

Na faixa de mineração de diamantes, isto é, na vertente oriental do planalto, colonizada em meados do século passado por garimpeiros, na maior parte originários da Comarca do Serro do Frio, o padrão arquitetônico é o mineiro: construções mais leves e coloridas, onde os vazios prevalecem sobre os cheios. A estrutura é geralmente em madeira, independente da vedação, que pode ser de pau-a-pique ou adobe. As construções mais antigas são térreas, semelhantes às das zonas auríferas. Os sobrados surgem logo a seguir e seus vãos já denotam influências ora do Neo-Clássico ora do Neo-Gótico, que ali se difundiu muito cedo. Em muitos edifícios, uma fachada apresenta portas e janelas com arcos plenos e a outra em arcos abatidos e apontados. Muito frequentes na região, são também os vãos em forma de mitra, uma simplificação do arco ogival, que são encontrados também em Minas Gerais, especialmente em Ouro Preto e Diamantina (AZEVEDO, 1980, Introdução).

Há comparação com as cidades mineiras pode ser compreendida como resultado das narrativas históricas que reconheciam as cidades da Chapada Diamantina como heranças da civilização mineira que adentrou os sertões baianos nos séculos XVIII e XIX. As edificações civis, religiosas e os conjuntos urbanos e arquitetônicos da região foram comparados com aquelas construções civis e religiosas originárias das cidades históricas mineiras, sobretudo, Diamantina. Argumento semelhante seria empregado para justificar o tombamento de monumentos isolados em Rio de Contas⁴ no início da década de 1950. No referido relatório realizado pelo órgão federal sobre os

³ Azevedo (1980: Introdução) Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado da Bahia (IPAC-Ba). Volume IV Monumentos e Sítios e Serra Geral e Chapada Diamantina.

⁴ Lembrando que Rio de Contas foi fundada com a descoberta do ouro no século XVIII, e está localizada no sul da Chapada Diamantina.

cinco monumentos tombados em Rio de Contas, cidade fundada no ciclo da mineração do ouro no século XIX, Jair Brandão, técnico do IPHAN Regional – Bahia, e responsável pela pesquisa do tombamento dos referidos imóveis, expôs:

Minas do Rio de Contas sendo uma povoação que parou no século XIX, não é, pelo menos, no seu ponto de vista arquitetônico, uma cidade decadente. Está longe do aspecto de ruínas que nos apresenta Jaguaripe ou São Francisco de Conde. As ruas, sobretudo a de entrada pela rodagem, são calçadas pelas grandes lages, admiravelmente aparelhadas pela natureza, características da região. Zona de influência mineira, como em toda Chapada Diamantina, as casas de Rio de Contas já não apresentam nas suas portas e janelas o verde tão característico dos sobrados bahianos. Chegamos a raspar algumas portas, com a perfeita confirmação de que o azul é a côr secular na terra (Processo de tombamento de edificações de Rio de Contas, 1951).

Anos antes, em 1971, no II Encontro dos Governadores, realizado em Salvador, um grupo intelectual local defendeu a preservação de Lençóis como patrimônio cultural nacional. Nesse documento produzido por um grupo de intelectuais da região diamantina em favor da preservação de Lençóis, é possível perceber a valorização do passado da cidade como uma herança da civilização mineira em pleno sertão baiano. A “civilização do diamante” da Bahia foi percebida assim como herança de Minas Gerais, como uma continuidade cultural da mesma região que foi valorizada no IPHAN desde sua fundação.

Como acontece com todas as cidades antigas e tradicionais, Lençóis também tem seu passado histórico eivado de belíssimas páginas, originárias dos minérios explorados na região. Todo rosário de formação histórica, cultural e religiosa está relacionado com a vida de mineração do "metal", como diziam os antigos exploradores vindos das diversas regiões e em número mais volumoso da província das Minas Gerais. Esta população exploradora trouxe-nos uma bagagem diversificada de luxo, grandeza, cultura, civilização e aventuras misturadas no bojo da opulência de costumes dos mais variados matizes de sabor colonial, tendo como contrapeso a beleza dos lundus, batuques, crenças rebuscadas de superstições que davam uma tonalidade coreográfica própria do negro escravo africano. Do quadro nasceu a base da civilização Paróquia de Santa Isabel do Paraguaçu (atual Mucugê, *grifo meu*) origem da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Lençóis (Anais do II Encontro de Governadores, 1971, p. 288-289).

Tomamos esse discurso regionalista, que atribui às cidades da Chapada Diamantina enquanto continuidade da civilização mineira, como uma estratégia dos

intelectuais da região para lograr a preservação de Lençóis, tendo em conta que as cidades coloniais mineiras se consagraram enquanto símbolos totêmicos do patrimônio nacional (SANT'ANNA, 2014). Essa mesma comparação com as cidades mineiras, foi também realizada para a cidade de Goiás, antiga capital do estado goiano, como destacou Delgado: “no inventário, a qualificação e a designação dos bens a serem protegidos em Goiás tomou como referência o conjunto de valores atribuídos às cidades mineiras que, (...) foram paradigmáticas para a construção do Patrimônio Nacional” (DELGADO, 2005, p. 118).

No inventário, Paulo Ormino de Azevedo justificou a pouca expressividade das igrejas ali encontradas, confrontando as especificidades do contexto histórico do poder eclesiástico na região diamantina com o litoral baiano e as Minas Gerais, contudo reconheceu a influência arquitetônica das Minas Gerais nas igrejas da Chapada Diamantina, como poderemos observar na continuidade do texto.

As construções religiosas da região são pobres, embora distintas das litorâneas. Durante o período colonial, a Coroa preocupada com o fato de muitos padres abandonarem seus deveres para irem às zonas de minerações e contrabandearem ouro e diamantes através de suas Ordens, expediu sucessivas cartas régias, no primeiro quartel do século XVIII, mandando que os mesmos fossem expulsos das Lavras. Os edifícios religiosos da região são em geral igrejas de paróquias, capelas seculares e de confrarias. Na Bahia, ao contrário do que ocorreu em Minas Gerais, o rompimento com a tradição monástica não significou uma renovação da arquitetura religiosa, senão seu empobrecimento. (...) Um dois tipos mais curiosos de templos da região são as igrejas de três naves, iniciadas, mas não concluídas, durante o ciclo diamantífero, como: a Igreja de Santana, de Rio de Contas; Matriz de Santa Isabel, em Mucugê; e Igreja Nova, de Palmas de Monte Alto. A primeira possui nave principal e capela-mor separadas das naves secundárias e sacristias por arcarias, enquanto as duas últimas adotaram o sistema arquivado, em lugar do arqueado. Embora tenham surgido igrejas de três naves durante o século XIX em outras partes do país, especialmente no Rio de Janeiro, é provável que os templos lavristas tenham se inspirado em algumas igrejas mineiras da primeira metade do século anterior, como as Matrizes de Sabará e Mariana e a Capela do Rosário de S. Rita Durão, esta última da segunda metade do século (AZEVEDO, 1980, Introdução).

Os primeiros estudos históricos sobre a Chapada Diamantina reconhecem a formação cultural da região pelo pluralismo cultural, através da influência dos grupos vindos, da capital da província e do recôncavo baiano, dos altos sertões do São Francisco e Grão Mongol mineiro, ou até mesmo dos africanos e portugueses que ali chegaram desde o século XVII. Assim, em função da atividade da extração de ouro e

diamante, esses diversos grupos se juntaram as famílias de origem portuguesa que ali já estavam instalados na criação de gado do sertão e a população originária da extração do ouro no século XVIII⁵. Entendemos que o hibridismo cultural⁶ sempre fez parte do processo histórico da região da Chapada Diamantina. E como lembrou bem Josildete Gomes (1952) seria um equívoco se ater a uma única corrente migratória, ou atividade econômica, que contribuiu para a formação da Chapada Diamantina. No entanto, o patrimônio arquitetônico da região, assim como o existente em Mucugê é tomado como um legado mineiro no sertão da Bahia.

O tombamento de Mucugê e do Cemitério Santa Isabel

Em 28 de dezembro de 1977 o diretor regional - Bahia, Fernando da Rocha Peres envia uma solicitação de proteção de sobrados do acervo arquitetônico de Mucugê para o diretor geral do IPHAN Renato Soeiro. Junto à solicitação é anexado o relatório de Paulo Ormino – que realizava o inventário do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural – denunciando o risco de destruição que se encontrava o patrimônio da localidade. Em 07 de janeiro de 1978 Renato Soeiro responde a Rocha Peres e reitera seu compromisso com a preservação das referidas edificações da cidade. Em seguida, dias depois, o IPHAN geral envia ao Diretor regional um pedido de documentação fotográfica e histórica do conjunto urbano. A partir desse momento tem início o processo de tombamento de Mucugê, no qual o Cemitério Santa Isabel será percebido como o monumento excepcional da localidade.

Percebemos que nos estudos de tombamento de Mucugê e outras cidades da Chapada Diamantina, como Rio de Contas, à ressalva de que o isolamento dessas cidades havia determinado a “conservação espontânea” desses sítios urbanos, em decorrência do declínio da atividade mineradora do século XIX. Como destacou Fernando M. Leal Monteiro e Silva de Alcântara sobre Rio de Contas e Paulo Ormino a respeito de Mucugê, respectivamente:

⁵ Entre os quais destacamos: GOMES, Josildete. Povoamento da Chapada Diamantina. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n.77, 1952. Salvador, Bahia. PEREIRA, Gonçalo de Athayde. “os primeiros Descobrimientos de diamantes no Estado da Bahia”. in: Revista do IGHB. Bahia XII (31) 142-151, 1905. PINA, Maria Cristina Dantas. “Santa Isabel do Paraguassú: cidade, garimpo e escravidão nas lavras diamantinas, século XIX”. Dissertação de Mestrado, UFBA, 2000. ROSA, Dora Leal. “O mandonismo na Chapada Diamantina.” Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1973. SENNA, Ronaldo, Jarê: uma face do candomblé: manifestação religiosa na Chapada Diamantina. 1998. Ed. UEFS. Feira de Santana, Bahia.

⁶ Hibridismo para Nestor Garcia Canclini (1997) é o processo de contrato entre povos, que não produz apenas uma mistura biológica (miscigenação), mas antes de tudo cultural (hibridação).

Se por um lado esse isolamento prejudicou estudos e pesquisas, por outro possibilitou que determinados núcleos, como o de Rio de Contas, se mantivessem resguardados de alterações mutiladoras de suas características iniciais” (...) “esse papel exercido nos séculos passados permite-nos atribuir um valor histórico a cidade, especialmente por ser um dos poucos exemplos desse ciclo de ouro baiano, o único que ‘mantém seu aspecto original (Processo de tombamento de Rio de Contas, 1978)⁷.

A cidade atual que ocupa uma área de 44 Há e possui 355 prédios urbanos, está integralmente conservadas. Seu acervo é constituído de sobrados da segunda metade do século XIX, duas igrejas e de um interessante cemitério edificado na encosta de uma colina (...) devido ao seu isolamento e difícil acesso a cidade se conservou melhor que Rio de Contas, Lençóis e Andaraí, outros importantes conjuntos urbanos da Chapada Diamantina. (...) regiões mais afastadas e até pouco tempo carentes de estradas como a Chapada Diamantina, conseguiram preservar interessantes monumentos e até mesmo conjuntos urbanos quase intocados. Dentre estes conjuntos destaca-se o de Mucugê, até o momento sem nenhuma proteção legal (...) Mucugê conservou-se melhor que qualquer outra cidade da região (Processo sobre o tombamento de Mucugê 1977, p.3, 6 e 7).

Apesar do reconhecimento como um bem a ser tombado, a cidade de Mucugê era descrita no Relatório como uma “cidade esquecida”, “semi-arruinada”, carente de estruturas urbanas básicas para atender as necessidades mais elementares de seus habitantes, em que metade dos prédios do século XIX se encontravam desabitados e abandonados, e a população local, que em 1872 chegará a 15 mil habitantes, em 1979 possuía em torno de 500 parques habitantes no perímetro urbano.

Podemos encontrar nos estudos de tombamento de Lençóis e Mucugê a comparação com as cidades mineiras no que se refere ao seu patrimônio. Nos processos de tombamento dessas cidades o IPHAN notou “uma pouca expressividade estética de suas igrejas”, em detrimento ao suntuoso padrão mineiro de arquitetura religiosa. Sobre a arquitetura encontrada nas igrejas de Lençóis, os técnicos do IPHAN ressaltaram que “com relação à arquitetura religiosa, para onde convergiam os maiores esforços de embelezamento, muito pouco temos a dizer, (...) tal como hoje se apresenta, é de importância secundária”. Nessa mesma perspectiva, eles identificaram que em Mucugê “naturalmente não se encontram aí as grandes igrejas barrocas de Minas Gerais”⁸. Dessa forma, as pesquisas para o tombamento das cidades Oitocentistas da Chapada Diamantina buscaram, a princípio, um padrão de igreja suntuosa como aquele

⁷ Boletim do IPHAN página 3, março/abril de 1980. IPHAN, Centro Nacional de Referência Cultural, Programas Cidades Históricas.

⁸ Processo sobre o tombamento de Mucugê, 1977, p. 7.

encontrado nas cidades mineiras. Não encontrando, passou a se valorizar outros elementos de valor histórico e paisagístico.

Figura 1: Mucugê, no período do estudo de tombamento, 1977



Autor: Alberto S. da Cruz, 1978⁹

Diante da valorização do passado histórico dos sítios urbanos da região, percebemos que houve um elemento dentre os argumentos para o tombamento de Mucugê, que foi inovador: a valorização do sítio urbano em função de sua harmonia com a paisagem da Chapada Diamantina. Nesse sentido, a própria ocupação histórica da região pela atividade da mineração contribuiu para a formação de sua paisagem, onde os grupos humanos que migraram para lá no século XIX, motivados pela descoberta do diamante, proporcionaram o surgimento de uma rede de vilas que compartilhavam uma arquitetura vernacular regional, em um processo de adaptação à paisagem rochosa da Chapada Diamantina.

⁹ Imagens retiradas do acervo do IPHAN: <http://acervodigital.iphan.gov.br>, acessado em 19/06/2017.

Em consequência desse grande fluxo de pessoas, como é comum em cidades que surgem da atividade mineradora, essas vilas foram edificadas em meio a esse surto populacional (AZEVEDO, 1980). As “locas e tocas”, um tipo peculiar de habitação regional, teria surgido na região em meados do século XIX devido à crise habitacional gerada pelo grande fluxo migratório de garimpeiros. Sobre esse tipo de habitação regional Azevedo discorreu:

As "locas" são lapas complementadas por alvenarias de pedras secas, que serviam de habitação a garimpeiros. Possuem, normalmente, um ou dois ambientes. A "loca", apresentada nesta ficha, se constitui na verdade, em um conjunto de três habitações. A maior, dispõe de dois ambientes; e as demais, de apenas um espaço. As paredes, embora de alvenaria de pedra seca, em geral, rejuntadas de barro pela parte interior, não alcançando o teto da lapa, deixam uma abertura corrida, que serve de ventilação e iluminação (IBIDEM, 1980, Centro Histórico de Igatu, Chapada Diamantina, próximo a Mucugê).

Figura 2: Tocas ou locas em Igatu em 1979



Fonte: AZEVEDO, 1980

Figura 3: Tocas ou locas em Mucugê



(Fonte: IPHAN)¹⁰

Um século antes, Teodoro Sampaio encontrou na paisagem de Mucugê – na época Santa Isabel do Paraguassú – uma geografia desfavorável à edificação de uma cidade¹¹. No entanto, para o IPHAN, em 1980, a cidade foi reconhecida pela simbiose do conjunto arquitetônico com a paisagem da Chapada Diamantina. Para os técnicos do órgão de preservação federal era possível encontrar na paisagem um elemento de continuidade de Mucugê que “tem todas as condições para ser considerada monumento nacional” em função de ser “um conjunto muito harmonioso de arquitetura espontânea em que o homem apenas completa a obra da natureza. (...) Mucugê como ocorreu com Igatu, distrito de Andaraí, desperta a atenção do visitante por dar a impressão de estar encravada entre as rochas”¹².

Dessa maneira, os argumentos de que a arquitetura local de Mucugê estava em perfeita harmonia com a paisagem da Chapada Diamantina e ao mesmo tempo se tratava de um exemplar histórico da primeira vila diamantina, foram relevantes para

¹⁰ Imagens retiradas do acervo do IPHAN: <http://acervodigital.iphan.gov.br>, acessado em 19/06/2017.

¹¹ Ver SAMPAIO, Teodoro, *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, Salvador: Progresso, 2002. Companhia das letras.

¹² Processo sobre o tombamento de Mucugê, 1977, p. 7.

justificar a defesa do seu tombamento. O pedido de tombamento em caráter de “denúncia” e “urgência” sobre Mucugê apresentou como destaque a “harmonia” que se formou na formação da vila oitocentista a paisagem natural da Chapada Diamantina, como podemos observar na fotografia abaixo de Mucugê no ano de 1978, período do pedido de tombamento da cidade.

Figura 1: Igreja de São João, Mucugê. 1977



Autor: Alberto S. da Cruz, 1978¹³

O discurso em favor do tombamento de Mucugê encontrou na “paisagem cultural”, isto é, a paisagem como resultado de uma ação humana, cultural, sobre a paisagem natural, definindo assim, a sua maior expressividade. Como exemplo dessa interpretação sobre a preservação de Mucugê pelo IPHAN, o Cemitério Santa Isabel, foi referido no pedido de preservação como um conjunto arquitetônico que impressiona pelo seu arranjo paisagístico, onde “a arquitetura é muitas vezes apenas um complemento de um lajedo ou o fechamento de uma gruta”¹⁴. Assim, o corpo técnico do IPHAN em concordância com Paulo Ormino justificariam a importância daquele

¹³ Imagens retiradas do acervo do IPHAN: <http://acervodigital.iphan.gov.br>, acessado em 19/06/2017.

¹⁴ Processo sobre o tombamento de Mucugê, 1977, p. 7.

sítio no patrimônio da cidade: “consideramos importante fazer ressalva entre os monumentos ao cemitério de Mucugê”, pois assim como o conjunto arquitetônico, o cemitério igualmente se integra a natureza que circunda a cidade “*pelos estilos de seus túmulos, pela distribuição estética e equilibrada dos mesmos e pela sua integração perfeita com a paisagem do sítio onde se encontra erigido. (...) os mausoléus brotam da rocha nua, como a vegetação, numa integração similar as “locas” e “tocas”*”¹⁵.

Figura 9: Cemitério Santa Isabel, no período do processo de tombamento, 1977



Fonte: IPHAN¹⁶

Nesse sentido, encontramos na cultura material da região exemplos do elemento característico e valorizado na arquitetura regional: a simbiose entre homem e as rochas da Chapada, que viria a se tornar o cerne da preservação de Mucugê e a excepcionalidade do Cemitério Santa Isabel. Pesando ainda em favor do tombamento foram apresentados os critérios de conservação e de homogeneidade do conjunto,

¹⁵ Processo sobre o tombamento de Mucugê, 1979, p. 41, grifo nosso.

¹⁶ Imagens retiradas do acervo do IPHAN: <http://acervodigital.iphan.gov.br>, acessado em 19/06/2017.

conforme podemos perceber no parecer da arquiteta Dora Monteiro de Alcântara sobre Mucugê:

Este conjunto é extremamente interessante. Mais um ele na cadeia de núcleos urbanos da Chapada Diamantina para testemunhar a fase áurea da exploração de diamantes na Bahia. O conjunto de sobrados não é tão imponente como o de Lençóis; o casario não possui exemplares com o mesmo gosto ornamental que se observa em Rio de Contas. É, no entanto, aqui em Mucugê bastante homogêneo; nele não deixa de sobressair alguns sobrados e seus mirantes, além de haver, em certas casas, uma disposição de janelas, na fachada principal – um tanto curiosa – pouco acima da porta e ligadas ao frechal. *No conjunto edificado de Mucugê, 2 elementos sobressaem, pelo caráter de criatividade; gosto a um tempo popular e, simultaneamente, de identificação com as sugestões do local: as naturais e as construídas. Referimo-nos ao cemitério, cujos túmulos reproduzem as formas das igrejas, com seus arcos e sobretudo com seus campanários, lembrando, ao mesmo tempo as pontas rochosas das elevações pedregosas que envolvem a cidade. Pensamos, também, no conjunto de casas, feitas das próprias pedras da encosta que se situam; uma alvenaria de pedra seca, com cobertura de palha, solução que integra elementos naturais e construídos, de forma bem íntima*¹⁷.

Junto a isso destacamos a importância que o Cemitério Santa Isabel teve no tombamento de Mucugê, por se tornar o monumento emblemático no que tange o aspecto da cultura material em simbiose com a natureza rochosa. Exemplo dessa consideração é possível encontrar na escrita de Paulo Ormino – em julho de 1979 – sobre a possibilidade de tombamento igualmente o cemitério da cidade: “no nosso entender o tombamento deve incluir *o cemitério local e seu entorno natural, sem dúvida o elemento mais interessante da cidade*”¹⁸. Segundo a mesma perspectiva de Paulo Ormino, Dora Alcântara pontuou no seu parecer que não seria adequado a preservação apenas dos dois elementos excepcionais da cidade, ou seja, o Cemitério Santa Isabel e o casario de pedras. Nesse sentido deveriam ser inclusos no tombamento o núcleo urbano de Mucugê, sendo possível observar que o cemitério contribuiu para com a preservação integral do conjunto arquitetônico, descrito como não tão expressivo.

*Ambos, o cemitério e casario de pedra, têm caráter realmente excepcional a nosso ver, merecendo ser preservados. Perderiam muito do sentido, no entanto, se dissociados do restante do núcleo urbano*¹⁹

¹⁷ Processo sobre o tombamento de Mucugê, 1979, p. 49, grifo nosso.

¹⁸ Processo sobre o tombamento de Mucugê, 1979, p. 55, grifo nosso.

¹⁹ Processo sobre o tombamento de Mucugê, 1979, p. 49, grifo nosso.

Alguns meses depois, em 1º de julho de 1980, o pedido de tombamento conjunto arquitetônico e paisagístico de Mucugê foi colocado em votação no IPHAN e o parecer do relator foi aprovado por unanimidade²⁰. Assim, nesta data, o Conselho Consultivo do IPHAN consagra Mucugê como patrimônio cultural nacional, sendo inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Neste ínterim, podemos concluir que a necrópole do século XIX teve um papel protagonista no processo de patrimonialização do conjunto arquitetônico de Mucugê, tendo em conta que o Cemitério Santa Isabel – um conjunto arquitetônico edificado em uma geografia característica da Chapada Diamantina – se consagra como o monumento histórico mais expressivo da cidade baiana, contribuindo com a salvaguarda do conjunto arquitetônico em sua integridade.

Após o tombamento, o Cemitério Santa Isabel, além de um espaço funcional e simbólico, na medida em que continua a ser o destino do sepultamento da população local, se transforma em um espaço patrimonializado e monumentalizado, símbolo da cidade oitocentista diamantina. O protagonismo do cemitério teve continuidade nas décadas seguintes, quando se transforma na mais importante atração turística da cidade. Em razão de sua preservação e do desenvolvimento do turismo na Chapada Diamantina, a necrópole de Mucugê se transforma no famoso Cemitério Bizantino, um dos lugares mais visitados na região (BRITO, 2013).

²⁰ Boletim do IPHAN, 1980, p. 16.